

**IMAGEM VERDE PARA O SETOR CANAVIEIRO? A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ORDENS DE JUSTIFICAÇÃO**

Weldja Marques da Silva Lima[[1]](#footnote-1)

**GT 05:** **Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial**

**RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise das ordens de justificação que vêm sendo agenciadas pelo setor sucroalcooleiro do estado de Alagoas. Para isso, mobilizamos metodologicamente revisão de literatura, coleta de dados secundários, análise de relatórios de sustentabilidade das usinas e entrevistas com representantes do segmento da região da zona da mata, área de maior produção canavieira no estado. Uma vez que desiquilíbrios ambientais vindos do contexto canavieiro vêm produzindo novos conflitos socioambientais relacionados aos impactos causados por queimadas, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos indústrias e do consumo de água, destacamos que cada vez mais o setor vem trabalhando em sua representação social buscando articular o agronegócio a um modelo produtivo sustentável para fins de acumulação.

**Palavras-chave**: Cana-de-açúcar; Justificação; Meio Ambiente; Conflito

**Introdução**

Este texto resulta do projeto *Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo*, coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins e pelo Prof. Dr. Wendell Ficher, com financiamento da FAPESP e da FAPEAL. É no intuito de avançar na interpretação das consequências socioambientais da atuação do setor no estado de Alagoas que tecemos esta proposta de articulação dos achados do eixo de pesquisa *socioambiental* da equipe alagoana. Com os olhos voltados para Alagoas, o objetivo deste texto foi compreender as estratégias de justificação em torno da questão ambiental produzidas pela atividade canavieira. Para tanto, mobilizamos dados produzidos em trabalho de campo entre 2021 e 2022 com agentes do setor, onde esse grupo tem vivenciado conflitos por intermédio da dinâmica produtiva da atividade canavieira.

Como ponto de partida é importante destacar que as plantações de cana, em sua disposição geral no território alagoano, não estão localizadas em áreas distantes de outras culturas, vegetação nativa e de aglomerados populacionais. Os canaviais são vistos nas fronteiras de unidades de conservação, áreas de proteção ambiental e de assentamentos e acampamento de luta pela reforma agrária. Dessa maneira, partimos da compreensão que a dimensão ambiental está umbilicalmente ligada aos fatores relacionados à pressão ecossistêmica e às assimetrias na apropriação dos recursos territorializados, que, por sua vez, impulsionam a ocorrência de conflitos entre distintos sujeitos e lógicas de atuação.

Em meados do século XX, a chamada Revolução Verde, trouxe um conjunto de base técnica que passou a caracterizar o cenário da agroindústria canavieira no país. Esse se baseia em dinâmicas produtivas tecnológicas voltadas para a expansão e acumulação de capital financeiro. Entre outras consequências, positivas e negativas, esse modelo produtivo acaba promovendo impactos ambientais em diferentes dimensões e segmentos sociais. Segundo Silva e Martins (2010), no Brasil, os danos ambientais estão diretamente ligados ao processo de acumulação de capital. Esse caráter acumulador e expansionista, segundo Harvey (1994) é uma das principais características da lógica de produção capitalista. Em resposta a constante acumulação se tem a não modificação da concentração fundiária no país, assim como a do cenário de devastação ambiental. Com o intuito de atualizar o debate da produção de ordens de justificação do setor sucroalcooleira a partir de impactos ambientais, este texto busca fazer a reflexão do desenvolvimento do capitalismo no campo como fomentador de superexploração dos recursos naturais e humanos, colocando também essas relações como fundamentais para seu modelo de acumulação.

Alagoas esteve até a década de 1990 lado a lado com o estado de São Paulo figurando como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país, e hoje se mantém como o maior produtor da região Nordeste, assegurando uma produção que representa 42% de todo o açúcar na região. Os dados da União Nacional da Bioenergia contabilizam 21 usinas em operação Alagoas, são elas: Bioflex Agroindustrial, Caeté - Unidade Cachoeira, Caeté - Unidade Marituba, Caeté - Unidade São Miguel - (Matriz), Camaragibe, Capricho, Copervales Agroindustrial, Coruripe - Matriz, Impacto Bioenergia Alagoas, Pindorama, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santa Maria, Santo Antônio, Seresta, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo, USGA - Serra Grande e Utinga Leão. Além das usinas, na região da zona da mata encontramos duas associações e cooperativas de fornecedores de cana: Copervales, em Atalaia; e a ASPLANA, com sede em Maceió. Frente a isso, destacamos que a região estudada possui a maior cobertura de cana no estado.

**Abordagem teórico-metodológica**

Visto a densidade do material gerado pela pesquisa de campo e por análises anteriores, nossa estratégia foi assumir dois eixos de análise: discursiva e político-institucionais. Destrinchar os discursos e a participações de instituições públicas do setor contribui para que avancemos na análise das estratégias de acumulação de capital, mais especificamente, em suas atuações na região administrativa da zona da mata. A análise segue amparada por uma leitura não ortodoxa da sociologia pragmática de Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Ève Chiapello (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2017), a partir, principalmente, das noções de *justificação* e acordo. Por esse ângulo, um conjunto de práticas estruturadas pelo setor sucroalcooleiro - apontada nos dois eixos de análise - opera como um dispositivo de *justificação* frente às críticas de organizações internacionais que pretendem a preservação do meio ambiente. Há, com isso, um movimento de incorporação da crítica e instauração de acordos em torno da representação social construída que, por sua vez, como pretendemos demonstrar ao longo do texto, sustenta a acumulação capitalista e conserva os padrões pretéritos de exploração dos recursos naturais.

**A construção de novas ordens de justificação para a produção sucroenergética**

Gameiro (2017) argumentou que para a formulação de uma imagem sustentável, é necessário investimentos na dimensão simbólica. Durante a pesquisa de dados secundários e entrevistas com representantes do setor, percebemos um universo imaginário-simbólico onde as representações, discursos e significações do setor canavieiro tem logrado visibilidade aos seus interesses econômicos, enquanto invisibiliza a existência de conflitos oriundos de distintos modos de apropriação de recursos naturais e de infrações ambientais relacionadas às queimadas e uso abusivo de água e de agrotóxicos.

No final dos anos 1980 a modernização da agricultura foi destaque, principalmente ligada à incorporação de tecnologia na produção. Já a partir da metade da década de 1990 e mais bem formulada nos anos 2000, a reinvenção da imagem do setor vem passando por mudanças estruturais na sua maneira de publicizar os cuidados com o meio ambiente. Chamando atenção para o universo simbólico, nos anos 2000 observamos as reformulações do setor em torno da sua representação social.

A dimensão simbólica foi incorporada mais fortemente a partir da metade dos anos 1990 e buscou fortalecer a imagem do setor perante a opinião pública. A emergência da temática sustentabilidade, intensificação das exportações e redemocratização brasileira, por exemplo, criaram um novo contexto e novos desafios foram lançados para o mundo rural brasileiro. De uma maneira evolutiva, o campo simbólico passou a fazer parte das estratégias de modernização do setor (LIMA, 2020, p. 33 e 34).

Assim, desde o Protocolo Agroambiental no estado de São Paulo, até a participação dos grupos empresariais em instâncias governamentais que abordam a temática meio ambiente, as usinas de açúcar e álcool construíram estratégias para se integrar à crítica ambiental. Nesse sentido, aqui veremos como esse cenário nos auxilia a relacionar capitalismo e sustentabilidade ambiental, sobretudo pela crítica da natureza coisificada (LEFF, 2014), e a expressão da segunda contradição do capital (O´CONNOR, 1994). Assim, com o objetivo de mapear as representações sobre a questão ambiental, identificar as ordens de justificação (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2017) e delinear os usos dos discursos da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade socioempresarial foram realizados levantamentos secundários nos sites dos dois principais grupos sucroenergéticos alagoanos, a saber; Carlos Lyra e Grupo Tércio Wanderley. Além das consultas nos sítios eletrônicos, efetuamos a leitura de documentos relativos ao gerenciamento ambiental dos impactos negativos da atividade canavieira. Na análise do material empírico, os principais aspectos ressaltados pelas usinas dizem respeito à publicização de certificados e prêmios ambientais, criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN’s) e investimentos financeiros em programas socioambientais. Notabiliza-se uma visão econômico-instrumental calcada na ideia de que a gestão eficiente e atenta dos processos produtivos pode neutralizar ou minimizar qualquer impacto negativo sobre o meio ambiente ou sobre as populações circunvizinhas. Nesse quesito, a atuação das usinas alagoanas se aproxima do que tem sido caracterizado na literatura científica como sendo um processo de modernização ecológica, que vem a ser uma abordagem reformista cujo objetivo é mostrar compatibilidade entre exploração econômica e preservação ambiental.

Na concepção de Mol (2010), um dos expoentes dessa corrente teórica, a modernização ecológica pode ser vista como a interpretação dos processos e práticas de reforma ambiental em múltiplas escalas. Como abordagem reformista, a modernização ecológica tem sido aplicada em estudos empíricos em todo o mundo, tem hegemonizado debates teóricos e ainda vem sendo usada por políticos para enquadrar programas de reforma ambiental e por empresas interessadas em demonstrar seu compromisso com a preservação da natureza. Para Mol (2010), o esquema analítico da modernização ecológica consagra o envolvimento crescente de instituições econômicas e de mercado na articulação e resolução de problemas ambientais, lançando mão para tanto de valores monetários e preços, assim, significando o meio ambiente na lógica da demanda de produtos e serviços.

No esquema da modernização ecológica a conquista de selos de gestão ambiental e de certificados que atestam práticas supostamente sustentáveis funcionam como eficientes moedas simbólicas na construção de uma imagem corporativa positiva. Esses atestados de responsabilidade corporativa, por sua vez, suavizam no imaginário coletivo as mazelas associadas aos segmentos econômicos, como é o caso do setor sucroenergético, cujas atividades são potencialmente degradadoras do homem e da natureza. Como se pode notar nas tabelas dispostas a seguir, esses aspectos têm ocupado destaque na comunicação pública dos grupos que atuam em Alagoas, inclusive, nomeando a biodiversidade como uma nova frente de negócios;

**Tabela 1 – Representação sobre gestão ambiental do Grupo Carlos Lyra**

|  |
| --- |
| **USINA CAETÉ (Grupo Carlos Lyra)Site:** [**https://www.usinacaete.com/**](https://www.usinacaete.com/)**Segmentos: Açúcar, etanol e biodiversidade; Florestal; Têxtil; Pecuária; Radiodifusão e Taxi Aéreo.** |
| **•** Visibilidade para a questão ambiental no site na parte “sustentabilidade”, sendo dividida em três tópicos: *Educação*; *Qualidade e Meio Ambiente*; e *Pessoas*. |
| **•** O Grupo se apresenta como impulsionador de uma “gestão ambientalmente correta” servindo de exemplo para outras empresas e para as gerações futuras. |
| **•**A Usina Caeté S/A, Matriz (localizada em São Miguel dos Campos) está em fase de certificação da ISSO 14001 Versão 2004. Mas não há nenhuma informação sobre esse processo de certificação nas outras duas unidades do grupo no estado: Usina Caeté S/A – Unidade Marituba e Usina Caeté S/A – Unidade Cachoeira. |
| • O Grupo propagandeia a criação de quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN’s) como atestado de compromisso com a preservação ambiental. |
| • Não há divulgação de possíveis profissionais responsáveis pela área ambiental. |

 Fonte: Elaboração própria a partir de <https://www.usinacaete.com/>.

No site ainda é possível ter acesso a informações de projetos ambientais realizados pelo grupo em Alagoas. O interessante é que apesar da sessão se chamar **“**Apoio a projetos de pesquisas ambientais em Alagoas”, dos seis projetos listados, somente um é desenvolvido no estado. Os demais acontecem, segundo o grupo, na Unidade de Pauliceia/SP, com ações de educação ambiental conduzidas nas escolas municipais. Embora as informações no site deem a entender que as atividades são desenvolvidas em Alagoas, a única ação realizada no estado refere-se a uma contribuição financeira concedida ao Museu de História Natural da UFAL, que é revertida no financiamento de pesquisas sobre faunas e flora destinadas a subsidiar trabalhos de conclusão de cursos, que são de interesse estratégico do setor sucroenergético.

**Tabela 2 - Representação sobre gestão ambiental do Grupo Tércio Wanderley**

|  |
| --- |
| USINA CORURIPESite: <https://www.usinacoruripe.com.br/>Produtos: Açúcar, álcool em gel, etanol e energia. |
| • Investimentos em gestão ambiental: R$ 1.000.000,00 investidos em programas socioambientais, 17.000 hectares de áreas preservadas e 9.000 hectares de reservas particulares de patrimônio natural (RPPN). |
| • Existe um comitê de sustentabilidade. Os nomes dos responsáveis por ações ambientais são listados no site. |
| • Há um relatório direcionado à divulgação das certificações e prêmios do Grupo, tais como: ISO 14001 Sistema de gestão ambiental; Renovabio Certificado de Padrão de descarbonização e Guia Exame de Sustentabilidade. |

Fonte: Elaboração própria a partir de <https://www.usinacoruripe.com.br/>.

O site do Grupo Tércio Wanderley é mais elaborado e dinâmico se comparado com o do Grupo anterior. Diferentemente da Usina Caeté pertencente ao Grupo Carlos Lyra, a Usina Coruripe – Tércio Wanderley - possui o certificado de meio ambiente ISO 14001 e dedica uma sessão inteira ao tema das certificações ambientais. Nessa sessão intitulada “socioambiental” propagandeia-se a transformação de mais de 09 mil hectares de terras da usina em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN’s), que na leitura do Grupo representam “uma forma irreversível de manter a área permanentemente preservada”. O investimento financeiro em ações categorizadas como de respeito à natureza ganha destaque no site onde se afirma que o Grupo ocupa posição proeminente entre os principais incentivadores e investidores da proteção ambiental no setor sucroenergético. Sobre esse aspecto, é elucidativa a declaração do diretor presidente da Usina Coruripe, que associa o compromisso com a preservação ambiental à capacidade de investimento em manutenção de áreas verdes, uma perspectiva alinhada ao paradigma da modernização ecológica, que, contudo, impossibilita uma ação mais holística que considere o meio ambiente para além de sua mera manifestação físico-natural.

O nosso compromisso com o meio ambiente segue firme. Nos últimos anos, ampliamos os investimentos para preservação e manutenção de áreas verdes em Alagoas (AL) e Minas Gerais (MG). Em 2021, foi inaugurada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Afrânio Menezes em Coruripe (AL) e contabilizamos ainda uma capacidade anual de produzir 80 mil mudas de plantas nativas do Cerrado e da Mata Atlântica. (Mario Lorencatto Diretor Presidente da Usina Coruripe, Relatório Sustentabilidade, 2021, p. 4).

O Grupo Tércio Wanderley fundou, em abril de 2005, o Instituto para o Desenvolvimento Social e Ecológico – IDES cujo objetivo, descrito no site da Usina Coruripe, é promover a preservação da natureza e o progresso da comunidade, por meio da promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. A literatura do *management* e os operadores do ideário da chamada **“**responsabilidade social empresarial”, aqui expressa na atuação de grupos econômicos do setor sucroenergético, parecem confirmar a proposição de Bourdieu (1996) de que a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão de mundo.

Nesse âmbito, a conjugação entre grafia e imagem, traço inconteste das representações que compõem os sites analisados, reúne a capacidade de fazer emergir novas significações, que, consequentemente, são utilizadas para desencorajar o empenho na luta por parte de populações afetadas negativamente pelas usinas ou mesmo suavizar a magnitude dos conflitos na apropriação dos recursos territorializados. Gabriel (2005), em artigo que discute o modo como as corporações estão transitando de um modelo de jaula de ferro (centrado na hierarquia burocrática) para um de jaula de vidro (marcado pelo uso da imagem e da ideia de transparência), observa que a gestão dos negócios se encontra cada vez mais preocupada com a orquestração de fantasias coletivas e a liberação de emoções. Para tanto, ela tem se valido do poder das imagens e do discurso. A nova ordem gestionária dá origem, portanto, a uma situação na qual os tradicionais controles racional-burocráticos vão sendo substituídos por uma série de comandos mediados pela linguagem, emoção, espaço, exposição e imagem

A esse respeito, merece destaque a sessão “sustentabilidade” do site do Grupo Tércio Wanderley na qual é disponibilizado um “relatório de sustentabilidade”, que corresponde aos anos 2019-2020. O documento é rico em elementos gráficos, diagramas, artes, imagens aéreas e frases de missão ambiental da empresa. A partir da análise desse material é possível indicar que o intuito do Grupo é produzir uma imagem corporativa de respeito ao meio ambiente, que por sua vez impacta positivamente o capital reputacional das empresas do setor sucroenergético. Nessa trilha investigativa, Catellani (2011) considera que o texto visual e as imagens são componentes essenciais na produção de sentidos nos relatórios de responsabilidade social empresarial.

O recurso à noção hegemônica de desenvolvimento sustentável, que se difunde a partir da publicação do Relatório Brudtland (1987) e apregoa a compatibilidade entre exploração capitalista de recursos naturais e preservação da natureza, é utilizado na retórica que norteia a atuação do Grupo Tércio Wanderley. Como se pode notar no fragmento exposto na sequência, o discurso da Usina se aninha na ideia do Nosso Futuro Comum (1987), que conceitua o desenvolvimento sustentável como sendo aquele capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades;

Plantar para colher um futuro mais sustentável é uma filosofia que a Usina Coruripe não abre mão. Por isso mesmo, investimos em práticas ambientais. Essas iniciativas da companhia surgem a partir do entendimento que respeitar e contribuir com o equilíbrio da natureza são atitudes imprescindíveis para construção de um futuro melhor para todos (as) (Relatório de Sustentabilidade 2021, Usina Coruripe, p. 48)

Se considerarmos que o discurso e as práticas da chamada responsabilidade social empresarial são parte de uma estratégia destinada a obter resignação por parte de comunidades afetadas por projetos empresariais, podemos supor que diagramas, imagens e gráficos estão sendo pensados também para criar adesão e aceitabilidade aos propósitos das empresas. Sobre esse aspecto, Benson & Kirsch, (2010) argumentam que existe uma ligação direta entre as táticas e estratégias das grandes corporações e o sentimento geral de “desempoderamento” que caracteriza a vida política contemporânea sugerindo a ideia de que as corporações cultivam ativamente essa sensibilidade do desamparo. Na visão dos autores, a política de resignação é, em parte, um sintoma do processo através do qual o poder corporativo normaliza e naturaliza os riscos e danos como condições inevitáveis da modernidade, ao invés de serem vistos como fruto das relações assimétricas travadas entre corporações, órgãos do poder público e comunidades. Essa agenda serve, portanto, para forjar um imaginário econômico, retratando os interesses corporativos como sendo interesses comuns da sociedade (Levidow, Birch e Papaioannou, 2013). A esse respeito, um trecho extraído do Relatório de Sustentabilidade da Usina Coruripe realça-nos a sinérgica atuação empresarial do Grupo no que concerne o respeito às pessoas e ao meio ambiente, bem como à produção de valores para a sociedade brasileira;

Somos formados por pessoas, pela inovação e o cuidado com o meio ambiente. Com esses três elementos, construímos ao longo da nossa história um negócio próspero, rentável, sustentável e que produz valor para a sociedade brasileira e para o setor no qual atuamos (Relatório de Sustentabilidade 2021, Usina Coruripe, p.17).

A crítica exercida por ONGs ambientalistas e movimentos sociais à produção sucroenergética tem impulsionado o setor a forjar novas ordens de justificação, logo, a busca por justificação é necessária tanto para questionar a crítica, quanto para respondê-la, na medida em que os críticos passam a denunciar o caráter injusto de uma dada situação. Boltanski & Chiapello (2009), analisando as dinâmicas de evolução e os ajustes da economia capitalista, atribuem à crítica um papel de impulsionadora circunstancial das mudanças ocorridas no espírito do capitalismo. Para os autores, embora o capitalismo não possa prescindir de uma orientação para o bem comum, da qual seja possível extrair motivos de engajamento, sua indiferença normativa não permite que o espírito do capitalismo seja gerado apenas a partir de seus próprios recursos, assim, ele precisa de seus inimigos, daqueles que ele indigna, daqueles que lhe se opõe, para encontrar os pontos de apoio e incorporar dispositivos de justiça, que sem isso não seriam considerados pertinentes.

As críticas contrárias ao setor sucroenergético e as ordens de justificação forjadas como respostas podem ser enquadradas nesse marco teórico e divididas segundo o esquema formulado por Boltanski & Chiapello (2009), no qual existem duas maneiras de se criticar o capitalismo. A primeira advém de uma visão corretiva que desvenda aquilo que no processo de acumulação capitalista transgride e burla - os princípios de justiça. O objetivo, nesse caso, é elevar o nível de convencimento e desenvolver um novo enquadramento regulamentar ou jurídico. Uma segunda forma de criticar é categorizada como radical, na qual o alvo não é mais corrigir as condições para torná-las mais justas, mas sim consiste em pleitear sua eliminação. A partir dessa segunda posição, a crítica que visa corrigir as imperfeições do modelo será muitas vezes vista como reformista, ao passo que a crítica radical procurará historicamente se afirmar como revolucionária.

Para Boltanski & Chiapello (2009) a necessidade de dar justificação ao capitalismo e de mostrá-lo com um aspecto atraente não seria tão premente se o capitalismo não tivesse enfrentado, desde suas origens, forças críticas de grande amplitude. Sem embargo, a crítica parcialmente ouvida e integrada em certos casos, parcialmente evitada e contrariada em outros, precisa incessantemente se movimentar e forjar novas armas, retomando sempre suas análises para permanecer mais próxima possível das propriedades que caracterizam o capitalismo de seu tempo. O fato de o capitalismo ouvir a crítica, porém não significa que responda concretamente modificando suas formas de ação, a primeira reação pode consistir tão somente no estabelecimento de argumentos que visem descartar e desqualificar a crítica.

No processo de forja de uma nova ideologia para a produção sucroenergética (ideologia aqui entendida como um conjunto de crenças compartilhadas e ancoradas na realidade, portanto, diferindo da acepção corrente que a vê como um mecanismo que encobre e inebria o real) tem sido de suma importância para reconstruir e modificar no imaginário social a imagem associada aos usineiros adornando-os com significações de respeito à preservação ambiental. Como afirma Lopes (2006), em um contexto de ambientalização dos conflitos sociais aparece entre os grupos empresariais uma contra-ofensiva às manifestações e críticas dos movimentos sociais, assim, os segmentos industriais e mercantis passam a considerar as questões ambientais em seus cálculos, porém, fazem-no a partir de uma visão produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade. Sobre esse aspecto, o fragmento disposto a seguir, extraído de entrevista realizada com representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, possibilita-nos constar como se orquestra a mudança no discurso e nas práticas do segmento sucroenergético;

O setor cresceu muito, tá gigante, e é um setor de extrema necessidade de inovação tecnológica, apesar que as pessoas têm uma visão de cana com uma cultura extrativista [...] Aí da cana você já tem o gás metano, você já tem a celulose, você já tem o biocombustível, você já tem a matéria orgânica, você já tem a vinhaça que é nutriente rico em potássio. E por aí vai, com a cana de açúcar vem toda sustentabilidade (Entrevista representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, Maceió, 2022).

A internalização da crítica e a promoção dos deslocamentos dão origem a novas ordens de justificação, que por sua vez, possibilitam a continuidade da produção sucroenergética. Essa tática logra esvaziar o discurso crítico que outrora impulsionava as lutas dos trabalhadores e as demandas dos movimentos sociais, historicamente, adversários das formas de atuação do setor. Nesse quesito em particular, Boltanski & Chiapello (2009) constatam o papel da crítica na melhoria das condições de exploração, mas também nos deslocamentos e transformações do capitalismo, nem sempre no sentido do progresso do bem-estar social. Isso leva os autores a ressaltarem as insuficiências da atividade crítica, bem como a salientarem a incrível maleabilidade do processo capitalista, que é capaz de permear sociedades de aspirações muito diferentes e de cooptar as ideias daqueles que eram inimigos em uma fase anterior.

Em todas as entrevistas feitas entre produtores de cana e representantes das usinas, foi unânime a compreensão de que condições ambientais, apesar de, em sua maioria, aumentarem os custos, não dificultam a viabilidade do negócio. Pelo contrário, algumas exigências ambientais abrem caminhos de uma maior cobertura mercadológica, inclusive internacional. Vejamos um trecho da conversa feita com o corpo diretor da cooperativa Coopervale. Nele é possível entender, por exemplo, como o processo de emissão de certificados, compromisso com reserva legal são prescrições para o acesso à venda do açúcar no mercado estrangeiro.

C: Uma dúvida sobre essa parte. Vocês acham que, vamos dizer, as exigências ambientais elas aumentam os custos de maneira a dificultar a viabilidade do negócio ou tem caminho?

T: Não, acho que a exigência, a questão ambiental é uma questão de consciência de cada um. Muitos já têm consciência. Você tem uma nascente, se você deixar ela desprotegida o único prejudicado vai ser você mesmo, você tá deixando de acabar ali um manancial que você poderia ter protegido ele. Então essa questão ambiental pra gente hoje é muito mais importante mais porque esse mercado internacional é um mercado muito exigente, [...] no futuro você tem que tá ali enquadrado naquilo que eles observaram.

W: As certificações...

T: Como é que está a sua reserva legal, APP’s, como é que tá as suas matas ciliares. Então isso aí eu sempre digo ao pessoal, a gente tem que ter cuidado (Entrevista com a diretoria da Coopervales, 2022).

Esse discurso de uma produção ecologicamente responsável às vezes escapa, e é quando conseguimos captar um discurso *oculto* que contradiz aquilo que o segmento pretende apresentar como imagem pública. É o que se pode notar no trecho de entrevista a seguir, no qual um produtor de cana discorre sobre o lugar e o papel das Áreas de Preservação Permanente – APP e das reservas legais;

JL.: agora pode juntar APP com a reserva legal. Então aí, o quê que a gente faz? Pega esses 20% e coloca na beira do riacho lá, pra preservar o riacho, e o resto pode desmatar. Eles não deixam desmatar. Eu morro de pena né? Eu sou agrônomo, sou naturalista, tudo, mas você tem que ter objetividade. Eu trabalho pra isso, então é um negócio. E tá na lei e não pode cumprir a lei?

EK.: e qual a justificativa que eles usam pra falar que não?

JL.: ah, aí começa a dizer “essa planta tá em extinção”, “aqui tem um pássaro que tá em extinção”, “aqui tem embaúba”. Sabe o que é embaúba?

AC.: sim.

JL.: olhe, não serve pra nada, porcaria. Mas você dizer isso pra um naturalista, ele se sente agredido. Que é uma árvore que a preguiça come. Aquela... e ali, porque é justamente em Murici que tem, não sei se é um corredor ecológico... é, tem uma área de preservação em Murici que é um corredor ecológico, é APA de Murici. A gente queria plantar mas não pode porque é APA de Murici. Não tem nada a ver. APA de Murici é o nome, de APA de Murici, que tá na Constituição, que a lei é 20%. Eu tenho lá uma fazenda de duzentos hectares, toda de mata (Entrevista com José Arthur, produtor de cana, 2022).

A APA de Murici, citada pelo produtor, foi criada pela Lei nº 5.907/1997 com o objetivo da preservação das características dos ambientes naturais e o ordenamento da ocupação e do uso do solo. É a maior de Alagoas, formada por dez municípios: Messias, Branquinha, Flexeiras, União dos Palmares, Murici, Joaquim Gomes, São José da Laje, Ibateguara, Novo Lino e Colônia Leopoldina.  A embaúba, localizada nessa APA, a planta que “não serve pra nada”, tem por nome científico (*Cecropiapachystachya*), uma árvore brasileira que mede de 4 a 12 metros de altura. É considerada pela comunidade científica especializada e por ambientalistas como uma das espécies mais importantes da floresta porque contribui para regenerar áreas desmatadas e garante alimento às aves. Segundo o IMA – Instituto do Meio Ambiente, entre os principais problemas encontrados nessa APA estão o desmatamento, queimadas e a deposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes.

Desse modo, a partir dessa pesquisa nos sítios eletrônicos dos dois principais grupos alagoanos, e dos dados produzidos com entrevistas e análise de relatórios das usinas constatou-se que há um movimento na tentativa de se forjar uma nova imagem para o setor canavieiro. Como visto anteriormente, a ambientalização aparece entre os grupos empresariais como uma contra-ofensiva às manifestações e críticas dos movimentos sociais, nesse processo as questões ambientais são internalizadas nos cálculos capitalistas, porém, se tem como *démarche* uma lógica produtivista que valoriza o esverdeamento da marca e sua legitimidade no mercado e na sociedade.

**Considerações Finais**

Chegamos à parte final deste texto ressaltando que o discurso empresarial expressa, a tentativa de neutralizar os efeitos da crítica, ao mesmo tempo em que desqualifica a ocorrência de conflitos na apropriação dos territórios e reafirma a imagem moderna, sustentável e ambientalmente justa do setor sucroenergético. Por outro lado, os movimentos sociais e populações afetadas se esforçam em visibilizar as contradições e tensões que o avanço desse modelo de expropriação simbólico-material representa para um modo de vida subalternizado e contra-hegemônico. O digladio de posições se dá, assim, em dois âmbitos interpenetráveis e justapostos; em um campo concreto-material no qual as populações camponesas e comunidades tradicionais têm amargado a expropriação do agronegócio canavieiro, e, em um universo imaginário-simbólico onde as representações, discursos e significações hegemônicas têm logrado invisibilizar a existência de conflitos ambientais oriundos de distintos modos de se apropriar e conceber a natureza.

Embora essa disputa não seja equânime, nem no campo concreto-material, tampouco no imaginário-simbólico, se faz importante destacar que os movimentos sociais e populações afetadas têm feito ecoar as críticas que realçam as limitações e assimetrias de um modelo de produção excludente, concentrador, mono-cultural e espoliativo, que de maneira continuada vem provocando a expulsão do homem do campo. Um outro elemento dessa questão está no fato que em Alagoas, essa expulsão do campo, em algumas situações chega a proporcionar uma *re-volta* para o campo, organizada por movimentos sociais, e territorializadas em espaços que antes era da cana-de-açúcar (LIMA, 2020).

**REFERÊNCIAS**

BENSON, P; KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. **Current Antropology**. Volume 51, Number 4, august 2010.

BOLTANSKI, L. **De la critique***.* Précis de sociologie de l’émancipation. Paris, Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **The New Spirit of capitalismo**. Ed. Verso. 1ª ed. 2017.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**. Sobre as economias de grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFPR, 2020.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CATELLANI, A. La Justification et la présentation des démarches de responsabilité sociétale dans la communication corporate: notes d’analyse textuelle d’une nouvelle rhétorique épidictique. *Études de communication* 37, 2011.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

GAMEIRO, M. B. P. **O fetiche da mercadoria “verde”:** a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro. Tese. (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, 2020. 311 p. 2017.

MOL, A.P. J. Sustainability as global attractor: the greening networks. 2010.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEVIDOW, L., K. BIRCH and T. PAPAIOANNOU. agri-innovation policy: Two contending visions of the bio-economy’, Critical Policy Studies, 6(1), 40-65. 2013.

LIMA, José Rodolfo Tenório. É doce, mas não é mole, não!: representações sociais dos canavieiros alagoanos sobre o processo de “modernização” agrícola. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

LIMA, Weldja Marques da Silva. **Do conflito à re-volta**: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. Dissertação de mestrado. 157 p. 2020.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

USINA CAETÉ. Relatório de sustentabilidade, Maceió, Alagoas.

USINA CORURIPE. Relatório de sustentabilidade, Maceió, Alagoas. 2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. **Sociologias**, v.12, n.24, p. 196 -240, maio/ago. 2010.

O’CONNOR, James. Sustainable Capitalism Possible? In: O’CONNOR, Martin (org.). **Is Capitalism Sustainable?** – Political Economy and the Politics of Ecology. New York: The Guilford Press, 1994, p.152-175.

O’CONNOR, James. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. Capitalism, Nature, Socialism, n. 2, v. 3, October, 1991.

Relatório Brudtland. Report of the World Commission on Environment and Developmente: Our Common Future. Nações Unidas, Oslo, 20 March 1987.

1. Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. weldja.marques@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)